



CLIPPING



10,11 e 12 de
OUTUBRO
2022

COCAÍNA EM PORTUGAL

Quarto paraense é
preso por tráfico
internacional

ACUSAÇÃO - Foragido da Justiça, Allan Carvalho Cardoso é capturado no Rio de Janeiro após desembarcar de voo vindo da capital da Espanha

**CAMILA GUIMARÃES,
SAUL ANJOS E
ANA LAURA CARVALHO
DA REDAÇÃO**

A Polícia Federal prendeu na madrugada de sábado (8) o quarto paraense envolvido em tráfico internacional de drogas utilizando cargas de açaí. De acordo com informações das autoridades, trata-se de Allan Carvalho Cardoso, 27 anos, natural de Barcarena, nordeste do estado, e proprietário da empresa A.C. Cardoso, registrada para realizar exportação de açaí. O rapaz era considerado foragido da justiça desde junho deste ano. Contra ele havia um mandado de prisão preventiva expedido pela 3ª Vara Federal Criminal de Belém pelo mesmo crime.

Allan foi capturado no Aeroporto do Galeão, no Rio de Janeiro, no momento em que desembarcava de um voo vindo de Madrid, capital da Espanha. O rapaz apresentou passaporte falso em nome de outro brasileiro durante o controle migratório, segundo a Polícia Federal. Allan foi encaminhado à Superintendência Regional da PF, na praça Mauá, para lavratura

do termo circunstanciado de ocorrência pelo uso de documento falso e para formalidades decorrentes da prisão judicial.

Nesta segunda-feira (10), a PF em Belém esclareceu que, devido às investigações estarem em curso, não poderiam ser informados detalhes a prisão. No entanto, a PF confirmou que o rapaz preso está relacionado à Operação Euterpe, deflagrada na quarta-feira (5) nos municípios de Ananindeua, Marituba e Barcarena, além da capital paraense, com objetivo de investigar pessoas e empresas que levam grande quantidade de cocaína à Europa.

HOMICÍDIO

Conforme apurado no site do Tribunal de Justiça do Pará (TJPA), Allan Carvalho é também suspeito de envolvimento na morte do advogado Luiz Augusto Pinheiro Carvalho, 54 anos. O crime ocorreu na noite de 24 de agosto de 2017 na avenida Bernardo Sayão, bairro do Jurunas, em Belém. Luiz foi assassinado com nove tiros no rosto, no momento em que chegava para participar de

uma comemoração em família na casa do filho.

Em junho deste ano, alguns dias antes da operação da Polícia Judiciária de Portugal que prendeu os paraenses Marco Antônio Faria Júnior e Nilson de Souza Castro Neto, envolvidos em tráfico internacional de drogas, Allan Carvalho Cardoso postou um vídeo nas redes sociais em que faz uma "brincadeira" sobre focas e especulações. "Bom dia, meus amigos! Quero fazer uma perguntinha para vocês: sabem quanto está o salário médio de um fofoqueiro? Está ganhando bem? Ai, meu Deus", debochou. O vídeo foi postado nas redes sociais do jovem, que foram excluídas dias depois.

PRISÕES

As três primeiras prisões do caso ocorreram em junho deste ano na Operação Norte Tropical. Os dois primeiros capturados foram Marco Antônio Faria Júnior, que tem negócios em Barcarena, e Nilson de Souza Castro Neto, conhecido como "Nilsinho". Nas redes sociais, "Nilsinho"



Allan Carvalho Cardoso (à direita) foi preso ontem. Antes dele foram detidos, da esquerda para a direita, Marco Antonio Faria Junior, Nilson de Souza Castro Neto e Aderaldo Pereira de Freitas.

afirma, em sua biografia, que é nutricionista e mostra uma vida de luxo e viagens nas publicações. A última postagem foi em 23 de junho deste ano, na semana em que foi preso. O jovem aparece em uma festa ao lado de amigos e diz: "A última pra fechar com os melhores (sic)".

Marco Antônio e "Nilsinho" foram presos ao receberem um contêiner no porto de Lisboa, que saiu de um porto de Vila do Conde, em Barcarena. Junto com a carga de açaí, estavam 320 quilos de cocaína.

Cerca de uma semana depois, as autoridades portuguesas prenderam um terceiro paraense, quando tentava fugir do país rumo ao Brasil: o tenente da Polícia Militar do Pará (PMPA) Aderaldo Pereira de Freitas Neto, mais conhecido como Freitas.

Os três estão em prisão preventiva em Portugal, custodiados no Estabelecimento Prisional de Caxias (EP Caxias), que fica nos arredores de Lisboa. O complexo prisional é de alta segurança e atualmente mantém cerca de 400 presos.

Mesmo após três meses preso em Portugal, o te-

nente Freitas continua ligado à corporação e recebe seu salário normalmente. De acordo com dados do Portal da Transparência, o salário base do suspeito chega a quase R\$ 13 mil.

No dia 23 de setembro, o promotor de Justiça Militar Armando Brasil informou que o salário do militar não deveria mais ser pago e que um pedido de suspensão desse pagamento já havia sido feito pela promotoria.

Além disso, o tenente Freitas também já poderia ter sido expulso da corporação. Armando Brasil explicou que a Corregedoria da Polícia Militar deu explicações que justificariam o fato de o militar ainda não ter sido expulso, sem dar mais informações por conta do sigilo do processo.

"ESCOBAR"

De acordo com autoridades policiais portuguesas, os suspeitos podem ter envolvimento num esquema maior comandado por Ruben Oliveira, conhecido como "Xuxas" - maior traficante português -, e pelo Sérgio Carvalho - o "Major Carvalho", também chamado de "Escobar Brasileiro".

Grupo é acusado de enviar 320 quilos de cocaína de Barcarena, no Pará, para a capital portuguesa misturados em carga de açaí

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

AGENTE DE TRÂNSITO ACUSADO DE CORRUPÇÃO

Policiais civis flagraram o momento em que Carlos Marcelo Santos da Cunha foi receber dinheiro de um motorista, na cidade de Castanhal, nordeste do Estado

EXTORSÃO

Tiago Silva
De Castanhal

Na cidade de Castanhal, região nordeste paraense, um agente de trânsito foi preso por crime de corrupção passiva efetuada pela Polícia Civil, na tarde da última quinta-feira (6), após uma denúncia. Ele pagou fiança de R\$ 6 mil e conseguiu liberdade após passar por audiência de custódia.

Um rapaz disse que conduzia seu carro pela rodovia PA-320, em Castanhal, quando foi abordado pelo acusado, que alegou que o condutor estaria sem o cinto de segurança. "Ele ainda disse que eu ia perder a minha carteira de habilitação, que é provisória", acusou a vítima.

Ainda segundo o condutor, o Agente teria pedido dinheiro para não realizar os procedimentos. "Ele pediu R\$ 800, mas disse que aceitaria até R\$ 500. Ele ainda pediu que eu deixasse o dinheiro para ele em frente a Senutran", afirmou o rapaz, que foi até

seu pai em busca de ajuda. "Eu fiquei revoltado e resolvi denunciar o caso na Delegacia. Relatei os fatos ao delegado de Plantão, que montou uma equipe de investigadores e juntos fomos ao local combinado pelo agente, mas antes o delegado tirou xerox das cédulas", explicou o pai da vítima.

Jhonatas Nascimento Araújo disse também que os policiais civis ficaram de campana enquanto que seu filho foi entregar o dinheiro ao acusado. Após receber o valor em espécie, o acusado foi preso em flagrante pela equipe de policiais civis.

DEPOIMENTO

Na Delegacia de Polícia Civil do Centro de Castanhal, Carlos Marcelo Santos da Cunha foi autuado em flagrante por crime de corrupção passiva. Após os procedimentos, o preso foi encaminhado ao Sistema Penal, para ficar à disposição do Poder Judiciário.

Em nota, a Secretaria Municipal de Transporte e Trânsito de Castanhal informou que está adotando todas as providências administrativas cabíveis em relação ao servidor, que



O agente pagou fiança no valor de R\$ 6 mil e em seguida foi liberado, depois de passar por audiência de custódia
FOTO: DIVULGAÇÃO

responderá a um Processo Administrativo (PAD) e, se caso for comprovada a conduta ilícita, será exonerado. A Asso-

ciação dos Agentes de Trânsito de Castanhal (AAGETRAN-CAST) também divulgou nota informando que sempre lu-

tou pelos direitos dos Agentes, mas que repudia quaisquer ato de corrupção praticado por agentes, associados ou não.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

RD REPÓRTER
DIÁRIO

JUSTIÇA

Em cumprimento à portaria anual de feriados e pontos facultativos, a Justiça estadual não funcionará hoje e amanhã, voltando ao normal apenas na quinta-feira. Ontem foi ponto facultativo pelo pós-Círio e na quarta-feira, 12, é comemorado o dia de Nossa Senhora Aparecida. Com isso, o TJPA facultou também o ponto desta terça-feira, porém sob um sistema de compensação das horas facultadas ao longo destes dias. Desta forma, os trabalhos no Judiciário só retornam à plena normalidade na quinta, 13. Até lá os prazos processuais estão suspensos.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

DROGAS MULHER É PRESA POR TRÁFICO

Prisão ocorreu no centro de Castanhal após a mulher tentar fugir da abordagem policial, nesta terça pela manhã

FLAGRANTE

Tiago Silva

Na manhã de ontem, por volta das 11h, a Polícia Militar prendeu uma mulher acusada de tráfico de drogas. A prisão aconteceu no Centro Comercial da cidade de Castanhal, região do nordeste paraense.

Policiais militares do Comando de Missões Especiais (BME) estavam realizando patrulhamento tático pela Feira da Cesa quando avistaram uma mulher suspeita. Ao perceber a presença da equipe do BME, a suspeita tentou entrar em um estabelecimento comercial e logo foi detida. Dentro de uma sacola plástica, que a mulher segurava, foram encontradas 98 pedras de óxi. Durante revista pessoal, uma policial encontrou com a suspeita o valor de R\$ 57,00.

Na Delegacia de Polícia Civil do Centro de Castanhal, a acusada foi identificada como Lucimar Sairury Marinho Okazana, a qual ficou de ser autuada em flagrante delito pelo crime de tráfico de drogas.



CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

AMAZÔNIA

POLÍCIA

Acusado de matar o lutador de MMA 'Mamute' é condenado a 18 anos de prisão pela justiça

José Cleiton de Souza Santos é um dos três envolvidos no homicídio, ocorrido em abril de 2018, em Outeiro

O Liberal

07.10.22 15h46



Além da morte de Mamute, réu responde por outros homicídios, tráfico de drogas e roubo. (Divulgação / Tribunal de Justiça do Pará)

Curta a nossa página e veja mais notícias como essa!

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

José Cleiton de Souza Santos, de 39 anos, foi **condenado a 18 anos de prisão** após julgamento na tarde desta sexta-feira (7). Ele é acusado de participar da **morte do lutador de MMA Adriano Sylberth Santana Pereira**, conhecido como "**Mamute**", que tinha 29 anos. O crime aconteceu na **noite de 2 de abril de 2018**, na ocupação Jesus de Nazaré, no distrito de **Outeiro**, onde "**Mamute**" vivia com a família.

José Cleiton, que tem ensino fundamental incompleto e dois filhos menores de nove anos, é **acusado** de desferir **facadas na vítima** que já estava baleada no rosto e caída no chão, após a ação de outro dos três envolvidos no **homicídio**. Tudo aconteceu depois que Mamute abriu a porta de casa e três homens, armados e com o rosto encoberto, entraram na residência.

VEJA MAIS

O lutador de MMA teria corrido para o quarto, onde foi **alvejado por um tiro de arma de fogo no rosto**, na frente da esposa e do filho, de nove anos de idade. Ao perceber que ele **ainda estava vivo**, outro homem do trio **desferiu golpes de faca contra Mamute**, que **morreu** no local. Após investigações, José Cleiton de Souza Santos foi identificado como o autor das facadas.

Além da acusação de participar deste homicídio, **José Cleiton carrega duas condenações por homicídio** (totalizando 68 anos de reclusão), outra **condenação por tráfico de drogas e roubo**, e responde a mais **dois processos de homicídios em andamento**. Por determinação dos jurados, José Cleiton responderá às acusações em **regime inicial fechado**. Foi negado ao réu o direito de recorrer da decisão em liberdade, por estar cumprindo **sentenças condenatórias anteriores**.

Relembre o caso

No final da noite do dia 2 de abril de 2018, uma segunda-feira, três homens encapuzados assassinaram a tiros e facadas o lutador de MMA Adriano Sylberth,

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

conhecido como "Mamute", 29 anos. O filho e a esposa presenciaram o crime. O homicídio aconteceu na ocupação Jesus de Nazaré, no Distrito de Outeiro, onde a vítima vivia com a família.

No momento do crime, de acordo com informações da polícia, a vítima estava na sua casa, na ilha do Outeiro, com a companheira e um filho de nove anos: "por volta de 23h30, bateram na porta dos fundos da casa. Adriano Mamute foi abrir a porta e se deparou com três indivíduos, todos com camisas no rosto e armados. Imediatamente, Adriano correu para o quarto, onde estavam sua companheira e seu filho, mas foi perseguido pelos indivíduos, que, ao chegarem ao quarto, foram em direção a Adriano, que lhes pediu calma, mas um dos indivíduos foi logo dando um tiro no rosto de Adriano, que caiu ao chão ainda com vida", disse a assessoria de comunicação da [Polícia Civil](#).

Na casa da vítima, os indivíduos pediram os aparelhos celulares de Adriano e da companheira. "Eles pegaram o aparelho da companheira de Adriano e já estavam saindo da casa, quando perceberam que a vítima ainda estava viva e voltaram para aplicar golpes de faca no peito do lutador que, assim, morreu no local", relatou a polícia.

A equipe da [Divisão de Homicídios](#) apurou ainda que o lutador de MMA (Mixed Martial Arts, sigla em inglês que significa artes marciais mistas) era eletricista naval e tinha emprego fixo, e que, também, era lutador de MMA, conhecido como Adriano Mamute, com trinta lutas no cartel. A polícia ainda levantou também que Adriano não era usuário de drogas, nem envolvido com ilícitos penais e não estava sendo ameaçado.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

AMAZÔNIA

POLÍCIA

Chefe do tráfico é preso em flagrante em Marabá

Winisom Barroso da Silva estaria chefiando o crime na região residencial do Programa de Aceleração e Crescimento (PAC), no núcleo Marabá Pioneira

O Liberal

07.10.22 14h50



Winisom Barroso da Silva foi preso em flagrante de posse de drogas e outros materiais. (Divulgação / Polícia Civil / Via Correio de Carajás)

Curta a nossa página e veja mais notícias como essa!

Um homem, identificado como **Winisom Barroso da Silva**, foi **preso em flagrante** após investigação da polícia pelo crime de [tráfico de drogas](#).

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

Ele estaria chefiando o crime na região **residencial** do **Programa de Aceleração e Crescimento (PAC)**, situada no núcleo **Marabá Pioneira**, em **Marabá**, sudeste do **Pará**. As informações são confirmadas pela Polícia Civil do Pará (PC).

Winison foi identificado após investigação da **Superintendência Regional de Polícia Civil de Marabá**. Em cumprimento ao **mandado de busca e apreensão** expedido nos autos do processo que investigava o acusado, os policiais localizaram Winison, além de drogas e outros materiais que estavam sob a posse dele.



Material médico em bolsa apreendida seria supostamente roubado do posto de saúde do bairro. (Divulgação / Polícia Civil / Via Correio do Carajás)

De acordo com informações do relatório policial, os agentes de segurança perceberam um sujeito na rua em atitude suspeita. Ao notar os agentes, o sujeito

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

empreendeu fuga, entrando em uma **residência** localizada na **Rua 15 de Novembro**. Alcançado e abordado no quintal, Winison foi identificado e **40 porções de crack** foram achadas escondidas entre alguns tijolos no local onde ele se escondeu.

A polícia também apreendeu **dois rádios comunicadores** e uma **bolsa contendo material médico**, supostamente **roubado de um posto de saúde do bairro**. O material médico estava em um dos terrenos baldios localizados nas proximidades da casa do investigado.

A operação contou com o apoio da equipe do **Canil da Guarda Municipal de Marabá** que disponibilizou o **cão farejador** para auxiliar na **localização da droga**. Winisom Barroso foi encaminhado à delegacia e deverá responder pelo crime de tráfico de drogas.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br



MP oficia Damares sobre fala de crimes sexuais no Marajó

Em visita a um templo religioso em Goiânia, no último dia 08, Damares falou sobre crimes contra crianças, que teriam sido descobertos pela comitiva presidencial em visita ao arquipélago do Marajó

quarta-feira, 12/10/2022, 15:45 - Atualizado em 12/10/2022, 15:46 - Autor: **Com informações de Ministério Público do Pará**



CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

Discurso ocorreu durante evento "Mulheres com Bolsonaro" que busca votos do eleitorado feminino ao atual presidente | Reprodução: Internet

Ouçã esta reportagem

A fala da ex-Ministra da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos e recém-eleita como senadora, Damares Alves, sobre supostos crimes perpetrados contra crianças, na região do Marajó repercute e chama atenção de órgãos da

No templo religioso em Goiânia, no último dia 08, Damares falou sobre crimes contra crianças, que teriam sido descobertos pela comitiva presidencial em visita ao arquipélago do Marajó.

Com isso, o Ministério Público do Estado do Pará (MP-PA) por meio do Centro de Apoio Operacional da Infância e Juventude, junto aos Promotores de Justiça do Pólo Marajó II, informou que o MP-PA, através de seus membros com atuação naquela área, remeteu ofício à Ministra da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, Cristiane Britto, nesta terça-feira (11), e solicitou que fosse encaminhado a documentação existente naquele Ministério, conforme afirmado pela então Ministra em seu pronunciamento, a fim de que os relatos sejam investigados e, todas as providências cabíveis possam ser adotadas.

“Outrossim, considerando a realidade sensível do Arquipélago do Marajó, composto por municípios, dos quais alguns apresentam os piores IDHs do Brasil, o MPPA vem atuando no fortalecimento institucional naquela região, bem como na ampla mobilização social em prol dos direitos humanos sexuais e reprodutivos de crianças e adolescentes”, disse nota emitida pelo MP-PA.

De acordo com o órgão, o MPPA vem intensificando ações extrajudiciais, de prevenção, conscientização e educação, por meio da execução de Projetos como o “Navegue Não Naufrague nos Crimes Sexuais”, que visa fomentar que as vítimas denunciem, que a sociedade não se omita e que os órgãos

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

responsáveis notifiquem os casos de violência, cumprindo o disposto no art. 245 do ECA, e que vem sendo replicado em todo o Estado, inclusive, no Marajó.

“Por fim, o Ministério Público do Estado do Pará reforça seu compromisso na garantia de direitos infantojuvenis e registra que, reiteradamente, vem reforçando sua atuação naquela região, ciente das dificuldades e dos desafios, especialmente no que concerne ao enfrentamento à violência sexual contra crianças e adolescentes, bem como seu irrestrito apoio às mulheres e meninas marajoaras, ratificando o seu compromisso institucional na defesa dos seus direitos humanos” concluiu a nota.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

Polícia e MP do Pará pedem provas ao governo Bolsonaro sobre alegações de Damares de tráfico de crianças na Ilha do Marajó; veja ofícios

Ministério Público deu 5 dias para que o Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos apresente os documentos. Promotores do Pará afirmam não ter nenhuma denúncia dos crimes citados pela ex-ministra.

12/10/2022 11h45 Atualizado há 23 horas



Damares Alves discursa durante cerimônia no Palácio do Planalto em setembro de 2020. — Foto: REUTERS/Adriano Machado

A Polícia Civil e o Ministério Público do Pará (MPPA) pediram ao governo Bolsonaro provas sobre as alegações da ex-ministra [Damares Alves](#) sobre crimes na ilha de Marajó. Ela alega, sem provas, que crianças do Marajó são

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

traficadas para o exterior e submetidas a mutilações corporais e a regimes alimentares que facilitam abusos sexuais.

O ofício foi enviado à atual ministra da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, Cristiane Britto, nesta terça (11), "a fim de que os relatos sejam investigados e todas as providências cabíveis possam ser adotadas", diz nota do MPPA.

- [Compartilhe no WhatsApp](#)
- [Compartilhe no Telegram](#)

A fala de Damares aconteceu durante um culto em uma Assembleia de Deus, em Goiânia (GO), no dia 8 de outubro. Na ocasião, a ex-ministra disse que os supostos crimes foram descobertos pela comitiva presidencial em uma visita ao Arquipélago do Marajó. Damares alegou ainda que o ministério tinha documentos sobre esses crimes.

"O Ministério Público do Estado do Pará solicita que seja encaminhada documentação existente nesse Ministério, no prazo de 05 dias, bem como eventuais esclarecimentos a respeito de medidas tomadas sobre os fatos alegados, a fim de que os relatos sejam investigados e todas as providências cabíveis adotadas", diz o ofício do MP.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

A sua Excelência, a Senhora
CRISTIANE BRITTO
Ministra da Mulher, da Família e dos Direitos humanos

Senhora Ministra,

Cumprimentando-a, considerando as declarações da ex-Ministra Damares Alves, em pronunciamento em templo religioso em Goiânia (vídeo anexo), sobre supostos crimes perpetrados contra crianças que teriam sido descobertos pela comitiva presidencial em visita ao Arquipélago do Marajó, dos quais, inclusive, afirmou-se que esse Ministério possui provas, o Ministério Público do Estado do Pará solicita que seja encaminhada documentação existente nesse Ministério, no prazo de 05 dias, bem como eventuais esclarecimentos a respeito de medidas tomadas sobre os fatos alegados, a fim de que os relatos sejam investigados e todas as providências cabíveis adotadas.

Ademais, o Ministério Público do Estado do Pará ressalta que até o presente momento nenhum dos fatos relatados pela ex-Ministra Damares Alves foi encaminhado formalmente aos Promotores de Justiça que atuam na região do Marajó.

Por fim, o Ministério Público do Estado do Pará reitera seu compromisso na garantia de direitos infantojuvenis e registra que, continuamente, vem reforçando sua atuação nesta região, ciente das dificuldades e dos desafios, especialmente no que concerne ao enfrentamento à violência sexual contra crianças e adolescentes.

Aguardando a vossa manifestação, renovo protestos de estima e consideração.

Cordialmente, PATRÍCIA CARVALHO MEDRADO ASSMANN 91608058549 Assinado de forma digital por PATRÍCIA CARVALHO MEDRADO ASSMANN 91608058549 Data: 2022.10.11 10:18:05 -03'00'
PATRÍCIA CARVALHO MEDRADO ASSMANN
1º Promotora de Justiça de Breves
HARRISON HENRIQUE DA CUNHA BEZERRA 03399349483 Assinado de forma digital por HARRISON HENRIQUE DA CUNHA BEZERRA 03399349483 Data: 2022.10.11 10:18:17 -03'00'
HARRISON HENRIQUE DA CUNHA BEZERRA
2º Promotor de Justiça de Breves

Ofício do Ministério Público do Pará que pede provas a governo Bolsonaro sobre acusações de Damares Alves de supostos crimes na Ilha do Marajó — Foto: Ministério Público do Pará

Os promotores que assinam o ofício afirmam não ter nenhuma denúncia ou prova sobre os supostos crimes narrados no vídeo.

O delegado-geral da Polícia Civil do Pará, Walter Resende de Almeida, também remeteu ofício ao Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos pedindo "com máxima urgência" os documentos, mídias e "tudo o mais que possa subsidiar o desenvolvimento dos necessários procedimentos investigatórios".

Ação do MPPA pede suspensão de seleção de entidade para gerenciar hospital regional, em Santarém

Segundo a promotoria, a ação foi motivada por ausência de obrigações relacionadas à transparência e controle social.

Por g1 Santarém e Região — PA

08/10/2022 10h15 Atualizado há 5 dias



Hospital Regional do Baixo Amazonas em Santarém, no Pará — Foto: Arquivo/g1

A 9ª Promotoria de Justiça de [Santarém](#), no oeste do Pará, ajuizou Ação Civil Pública com pedido liminar para obrigar o Estado do Pará a suspender o Edital de Chamamento Público para seleção de entidades qualificadas no Estado do

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

Pará como Organização Social em Saúde (OSS), interessadas em celebrar contrato de gestão para o gerenciamento, operacionalização execução de atividades e serviços de saúde a serem desenvolvidos no Hospital Regional do Baixo Amazonas (HRBA).

O MPPA também pede que a justiça determine ao Estado do Pará que republique o edital com atendimento da legislação que regula o acesso à transparência, com a retomada de todos os prazos, incluindo a visita técnica.

A Seleção nº007/2022, do tipo Técnica e Preço, é de 19 de agosto de 2022 (Processo nº 2021/410245), e refere-se ao chamamento para seleção de entidades, anterior à data da publicação do Edital.

A ACP se baseia no fato de que o Edital e seus anexos, o Modelo de Contrato de Gestão e o Termo de Referência, não atendem ao dever de transparência ativa conforme disposto na legislação, que inclui a Lei de Acesso à Informação e outras normas. O edital deve detalhar todas as informações que devem constar no portal da transparência da OSS, uma vez que isso importa em custo operacional que deve ser avaliado quando do oferecimento das propostas.

A promotoria observa que no modelo de Contrato de Gestão disponibilizado, quanto à obrigação de transparência nas atividades da OSS contratada, há apenas disposições genéricas e que, em diversas situações, está previsto o dever de apresentar documentações somente ao Estado do Pará, e não à população em geral e aos órgãos de controle, desprezando o controle social e a publicidade efetiva da aplicação dos recursos públicos.

O Edital de Chamamento Público já foi objeto de Recomendação do MPPA com a mesma finalidade, sem que tenha sido acatada. Conforme resposta encaminhada à Promotoria, a Sespa demonstrou entender que o edital já atende as disposições necessárias à transparência.

Na ACP, a promotoria relata que no dia 19 de setembro, a Comissão Especial de Seleção destinada a processar e julgar o Chamamento Público nº007/2022, decidiu por declarar como inabilitados o Instituto Social Mais Saúde (ISMS) e o Instituto Diretrizes (ID), concedendo prazo de 8 dias úteis para reapresentação de todos os documentos do envelope 1, em sessão pública realizada no dia 30

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

de setembro, que habilitou a Mais Saúde e desclassificou o Instituto Diretrizes na seleção.

A promotoria destaca ainda que a imposição é necessária diante de fatos anteriores, como o ocorrido na execução do Contrato de Gestão nº 23/2014-Sespa celebrado com a OSS Associação Pró Saúde, gestora atual do HRBA, que não atende ao dever de transparência na modalidade transparência ativa, sendo ajuizada Ação Civil Pública em 2021, com decisão que determina à OS ao cumprimento da obrigação.

O MPPA ressalta que o dano gerado pelo déficit na transparência das informações tem afetado diretamente os pacientes e usuários do serviço, residentes no Município de Santarém, de modo que o controle social e acesso aos dados de gestão, serviços e atividades da organização social contratada, certamente prevenirá suspensões e até mesmo interrupções sem fundamento dos serviços referenciados ao HRBA, que afetam o sistema de saúde municipal com demandas que deveriam ser rapidamente resolvidas pela unidade hospitalar.

O contrato tem valor mensal de R\$ 13.861.078,93 e valor global de R\$ 166.332.947,16, oriundos de parcela de repasse federal e estadual.

O MPPA pede a concessão de liminar para que, no prazo de 24 horas, o Estado suspenda o processo de Chamamento Público – Edital de Seleção nº007/2022, e no prazo de dez dias, realize a alteração dos seus termos, para incluir, dentre as obrigações da contratada, sob pena de nulidade do certame, uma série de itens listados na ACP, todos relacionados à transparência e controle dos recursos.

Pede ainda que seja feita a reabertura do prazo inicialmente estabelecido para a participação no Chamamento Público, considerando a imposição de modificações no edital, publicando novo cronograma de participação, inclusive com a reabertura de prazo para realização de visita técnica.

Em caso de concessão dos pedidos e descumprimento, requer a imposição de multa no valor de R\$ 20 mil para cada dia de descumprimento, com reversão das quantias para o Fundo Estadual de Direitos Difusos e Coletivos, e ao final, a condenação em definitivo do Estado do Pará.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

O juiz da 6ª Vara Cível e Empresarial recebeu a ACP e no dia 26 de setembro, intimou o requerido para que no prazo de 72 horas, apresentasse manifestação, o que ocorreu no último dia 6 de outubro.

Esclarecimento

A Pró-Saúde divulgou uma nota técnica sobre a prestação de contas, cumprimento de diretrizes e o diálogo com os órgãos de fiscalização.

"A Pró-Saúde informa que realiza rigorosa prestação de contas no âmbito do contrato de gestão do Hospital Regional do Baixo Amazonas. Cumprindo as diretrizes vigentes, disponibiliza todos os dados em seu portal da transparência, bem como sempre manteve diálogo com os órgãos de fiscalização, incluindo o Ministério Público do Estado do Pará (MPPA).

Ressalta que os prazos de prestação de contas estão alinhados ao fechamento contábil e às determinações do contrato e do seu contratante. Atenta às boas práticas de mercado, a Pró-Saúde possui normas que zelam por elevados padrões de transparência, adotando sempre as ferramentas tecnológicas necessárias para cumprir este requisito."

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br